



CPMCS

Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social

**Comunicação da Comissão relativa à Aplicação das Regras em matéria de Auxílios
Estatais ao Serviço Público de Radiodifusão
Consulta Pública**

Parecer da CPMCS

Fundada em 13 de Outubro de 1994 por diversas empresas e Associações da Imprensa, Rádio e Televisão, a CPMCS é a maior e mais representativa Associação de Meios em Portugal, congregando mais de 1 000 empresas titulares de órgãos de Comunicação Social.

Criada com o objectivo de fortalecer e dinamizar o sector dos Media, a CPMCS defende e promove os interesses desta Indústria junto das entidades e instâncias nacionais e estrangeiras que podem influenciar a sua actividade e desenvolvimento, sendo responsável por mais de 2% do PIB e empregando mais de 10 000 trabalhadores.

Em seguimento à Consulta Pública promovida pela Comissão, que esta Confederação participou através do Parecer enviado em devido tempo, e face ao texto proposto da nova Comunicação da Comissão relativa à Aplicação das Regras em Matérias de Auxílios Estatais ao Serviço Público de Radiodifusão, queremos manifestar a nossa posição, a saber:

1. A CPMCS regista, com agrado, que muitas das observações e sugestões manifestadas na anterior Consulta Pública foram contempladas na presente proposta.
2. Para esta Confederação a questão fulcral é a clara definição de Serviço Público pelos diferentes Estados Membros e que não pode servir para desvirtuar as mais elementares regras da Lei da Concorrência.



www.cpmcs.pt

Avenida do Brasil, nº1 . 5º
1749 - 008 Lisboa
T . 21 792 3736
F . 21 792 3851
geral@cpmcs.pt



CPMCS

Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social

Assume, assim, particular relevância a definição de Atribuições do Serviço Público.

Em Portugal, esta definição é ambígua, não estipulando os limites da actuação do operador público, o que tem permitido um sistema de financiamento que consideramos único em toda a Europa, ou seja, subsídios do Estado, receitas de publicidade, merchandising e taxas pagas pelos consumidores na tarifa de electricidade.

Entre todo o Serviço Público Estatal Português, o Audiovisual é o que regista maiores valores entregues pelo Estado. Na verdade, e para o ano de 2008, o Estado subsidiou em mais de 159 milhões de euros o Audiovisual, enquanto que no caso francês o mesmo sector foi subsidiado em 248 milhões de euros, o que é assinalável face às óbvias diferenças de dimensão entre os dois países.

A Comissão deveria definir, de uma vez por todas, o que deve ser o Serviço Público de Televisão, deixando para cada Estado Membro a sua implementação.

3. As regras propostas pela Comissão quanto à necessidade de contabilidade separada, auditorias internas e mecanismos de controlo dos custos de produção vão ao encontro de posições assumidas por esta Confederação nos diversos fóruns que temos participado.

Igualmente, concordamos que é necessário definir regras claras quanto à aquisição de programação externa por parte dos operadores públicos de televisão, que muitas das vezes acabam por inflacionar o custo final.

4. Concordamos com a necessidade de existência de um Serviço Público de Televisão. Não concordamos, todavia, quanto à forma como é entendido e aplicado no caso português.

Lisboa, 15 de Janeiro de 2009



www.cpmcs.pt

Avenida do Brasil, nº1 . 5º
1749 - 008 Lisboa
T . 21 792 3736
F . 21 792 3851
geral@cpmcs.pt